

## Artigo (Investigação & Práticas)

### Avaliação da perceção de alunos e professores sobre a Educação Sexual em meio escolar

### Evaluation of the perception by students and teachers about Sexual Education in school environment

**Miguel Serradeiro Cristino** (mcristino06@gmail.com)

**Patrícia Monteiro** (patriciagmonteiro18@gmail.com)

**Tiago Carvalho** (tiagocarvalho21@gmail.com)

**Psicóloga da Escola Amélia Moura Santos** (ameliamourasantos@gmail.com)

**Prof.<sup>a</sup> Teresa Maria Morais** (morais.tm@sapo.pt)

Escola S/3 S. Pedro, Vila Real

#### Resumo

Neste trabalho, elaborado por três alunos da disciplina de Sociologia do 12º ano, pretende-se avaliar a perceção de alunos e professores sobre a eficácia da Educação Sexual em meio escolar. Realizámos a nossa investigação com alunos e professores numa escola com 3º ciclo e Ensino Secundário do norte do país, ao longo do ano letivo de 2012/2013. Pretendíamos saber que conhecimentos já dominam os alunos que entram na escola (7ºano), se os alunos mais velhos (12ºano) percecionam os ensinamentos recebidos como úteis e suficientes e se os professores se sentem confortáveis e preparados para lecionar estas matérias. Os alunos do 7º ano de escolaridade revelaram desconhecimento sobre matérias fundamentais e os alunos do 12º ano preferem discutir estes assuntos com os amigos. A maioria dos professores considera que as horas definidas e os conteúdos são adequados, veem a Educação Sexual como uma disciplina essencial e que é efetiva na prevenção de doenças e na gravidez na adolescência mas que merece algumas alterações.

**Palavras-chave:** Educação sexual; perceções; meio escolar.

#### Abstract

In this work, prepared by three Sociology students of the 12th grade, the purpose is to evaluate the perception by students and teachers about the effectiveness of Sexual Education in school. We conducted our research with students and teachers at a secondary school in the north of the country during the school year of 2012/2013. We wanted to know which knowledge the students entering the school (7th grade) already possess, if the older students (12th grade) perceive the received teachings as useful and sufficient and if the teachers feel comfortable and prepared to teach these subjects. Students in the 7th grade revealed a lack of knowledge about fundamental subjects and 12th-graders prefer to discuss these subjects with their friends. Most teachers consider that the allocated hours and the contents are adequate, they understand Sexual Education as an essential subject and state that it is effective in preventing diseases and teenage pregnancy and also that it needs some changes.

**Keywords:** Sexual Education; perceptions; school.

## **INTRODUÇÃO**

A Educação Sexual nas escolas é uma necessidade e um direito das crianças, dos jovens e de todas as famílias. Há já alguns anos que os ensinos básico e secundário têm de, obrigatoriamente, abordar a promoção da saúde sexual e da sexualidade humana, quer numa perspetiva transdisciplinar, quer nas disciplinas cujos programas já incluem a temática.

Esta abordagem tem como objetivo tornar as crianças e os jovens mais responsáveis nas suas atitudes e decisões. Dar a conhecer, de forma mais profunda e global, o tópico da sexualidade, nomeadamente, e a título de exemplo, subtemas como a gravidez não desejada e precoce; as infeções sexualmente transmissíveis (IST) e abusos sexuais.

Desde 1984 que existe legislação para que se implemente a educação sexual nas escolas. No entanto, esta matéria nem sempre foi pacífica, nem implementada na sua totalidade, motivo pelo qual se publicou a Lei nº. 60/2009, de 6 de Agosto, regulamentada pela Portaria nº 196A/2010, de 9 de Abril, que estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar. Outra orientação que emana desta Lei é a criação de gabinetes de apoio e informação ao aluno em todos os estabelecimentos do 3º ciclo e ensino secundário.

A sexualidade, para a maioria das pessoas, resume-se ao ato sexual e ao sistema reprodutor. No entanto, a sexualidade é muito mais abrangente, pois acompanha toda a vida do ser humano e envolve o sexo, a identidade, os papéis de género, a orientação sexual, o erotismo, o prazer, a intimidade e a reprodução.

A sexualidade faz parte do desenvolvimento da personalidade e é algo que se constrói e aprende, por isso a família e a escola não podem ignorar essa questão. A sexualidade está presente em cada pessoa, desde que nasce até que morre (López & Fuertes 1999). A problemática em estudo insere-se assim no contexto escolar no sentido de potenciar reflexões e redimensionar intervenções com a população estudantil que frequenta o ensino básico e secundário.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo insere-se numa investigação empírica (Greenwood & Nunes, 1965), de carácter exploratório e tem como objetivos: (i) avaliar a perceção sobre a educação sexual em contexto escolar (ii) compreender como os jovens do 7º e 12º anos ano percecionam a Educação Sexual; (iii) compreender as perceções dos professores.

### **Participantes**

No estudo foi utilizada uma amostra não aleatória e intencional tendo como critérios de inclusão: (a) alunos de início e fim de ciclo (7º e 12º anos); (b) equilíbrio entre jovens do sexo feminino e do sexo masculino (c) integrar professores das diferentes áreas disciplinares, coordenadores de projetos de Educação Sexual, com experiência profissional e género diferentes.

Deste modo, participaram na investigação 32 alunos do 7º ano e 34 alunos do 12º ano e sete professores.

A descrição detalhada das características dos participantes será apresentada nos resultados.

## **Instrumentos**

Para recolha de informação foi utilizada como técnica de pesquisa um inquérito aos alunos e uma entrevista semiestruturada aos professores.

Relativamente ao inquérito uma das principais preocupações na elaboração do mesmo foi a de integrar não só questões de carácter educacional como também questões referentes ao plano afetivo de cada um dos inquiridos, pretendendo com isso tentar perceber o que estes jovens sentem relativamente a este tema, se têm dúvidas ou não, se querem ver essas mesmas dúvidas discutidas nas aulas ou noutro ambiente, se preferem que essa discussão seja com uma psicóloga ou com pais, se consideram mesmo que este se trate de um tema que seja importante debater e sobre o qual se deva conversar num contexto escolar.

No que diz respeito à entrevista semiestruturada (Quivy & Campenhoudt, 1998) elencaram-se as seguintes questões: (1) Deve ser dada mais importância à Educação Sexual? (2) Pensa que os conteúdos abordados são os corretos? Se não, quais os que deveriam ser abordados? (3) Será a Educação Sexual eficaz na prevenção de doenças? E na gravidez na adolescência? (4) Já foi coordenador de algum projeto de Educação Sexual? (5) Foram os projetos realmente aplicados e colocados em prática? (6) Respeita as horas previstas em lei para a Educação Sexual? (7) Os alunos interessam-se por estas aulas? (8) Que novos métodos devem ser introduzidos? (9) Quais os principais constrangimentos que costuma sentir por parte dos alunos? (10) Que contributos podem a sua disciplina dar à Educação Sexual?

## **DESCRIÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS**

A descrição, a análise e a interpretação dos resultados incide, num primeiro momento, nas perceções dos alunos do 7º ano; num segundo momento recai nos alunos do 12º ano, e por último, versa-se sobre os professores.

Relativamente ao 7º ano, o nosso inquérito foi respondido por 32 alunos, sendo que 50% da amostra era do sexo feminino e os restantes 50% eram do sexo masculino.

A maioria dos alunos, 88% ou 28 inquiridos, pertenciam à faixa etária 12 anos, 4 dos inquiridos (9%) aos 11 anos e 1 inquirido (3%) aos 14 anos.

A maioria dos inquiridos (97%) sabe o que é um preservativo e conhece bem os sistemas reprodutores masculino e feminino. Os conceitos de espermatozoide, Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), SIDA ou HIV são conhecidos de cerca de 80% dos alunos que responderam. Os métodos contraceptivos também não oferecem dúvidas a cerca de metade dos inquiridos, sendo que só 31% dos inquiridos responderam que o método mais eficaz para evitar as IST é o preservativo. A esmagadora maioria não sabe onde pode obter contraceptivos gratuitos (94%) e 56% desconhece a existência do Gabinete de Apoio ao Aluno.

Uma grande percentagem da nossa amostra afirmou já ter tido educação sexual na escola, responderam que sim 87%, (ou 14 jovens) do sexo masculino e 69% (ou 11) inquiridas do sexo feminino. Parece-nos neste particular algo contraditório, pois se as aulas são obrigatórias a partir do 2º ciclo como é que ainda obtemos respostas de 13% de alunos do sexo masculino e 31% do sexo feminino que referem nunca ter tido aulas de educação sexual.

O último grupo de itens do nosso inquérito, baseava-se numa série de questões que tinham que ser respondidas mediante uma escala de 1 a 5 onde o 1 correspondia a “discordo” e o 5 ao “concordo”, iremos agora proceder à análise dessas questões.

Verificámos que a amostra composta pelo sexo feminino incidiu, em todas as questões, maioritariamente, sobre a resposta “não concordo nem discordo”, o que nos faz concluir que esta população demonstra pouca abertura para falar sobre assunto. Já quando questionadas sobre se gostavam de falar sobre a amizade nas aulas de educação sexual, a maioria das respostas incidiu sobre o “concordo”.

Em relação à amostra do sexo masculino verificou-se o contrário, a maioria das questões foram em grande percentagem respondidas no “concordo”, o que se traduz numa vontade e maior à vontade deste género em falar sobre assuntos relativos à sexualidade.

É notória a percepção que as inquiridas do sexo feminino têm acerca das suas dúvidas sobre a sexualidade, 31% reconheceram que tinham dúvidas, já em relação ao sexo masculino, nenhum jovem afirmou ter dúvidas, remetendo as respostas para a opção “Não Concordo nem Discordo”, o que se poderá eventualmente concluir que relativamente a esta questão os rapazes tiveram receio de assumir dúvida ou desconhecimento sobre a matéria.

Constatámos ainda que os alunos preferem abordar estes assuntos com os amigos do que com os familiares ou com a psicóloga. Relativamente à questão “Sinto-me melhor a falar destes assuntos com os pais”, verificou-se pela análise efetuada que as raparigas assumem que se sentem melhor de que os rapazes. O “concordo” obteve 31% das respostas no sexo feminino e 13% no sexo masculino. É interessante analisar que o “Discordo” obteve 25% tanto da amostra do sexo feminino como do masculino.

Quanto ao 12º ano, através da análise das respostas dos 34 alunos ao inquérito e do tratamento desses dados, podem tirar-se diversas conclusões. Em primeiro lugar, os alunos do curso de Ciências e Tecnologias, frequentadores de disciplinas cujo programa abarca conteúdos relacionados com a Educação Sexual, mostram, de uma maneira geral e como já seria de esperar, conhecimentos mais aprofundados do que os restantes no que toca a métodos contraceptivos. No que diz respeito à fonte deste conhecimento, verifica-se que os métodos de uso mais generalizado, como é o caso do preservativo masculino e da pílula anticoncepcional, são introduzidos aos alunos fora do contexto escolar, sendo conhecidos pela totalidade dos alunos inquiridos, ao passo que os métodos menos utilizados, como é o caso do DIU ou dos métodos naturais, são conhecidos apenas pelos alunos que têm a oportunidade de estudar os mesmos nas disciplinas em que estão inscritos. Quanto à eficácia dos métodos, apesar de a maioria dos inquiridos ter escolhido o preservativo masculino, outra resposta com ampla popularidade foi a pílula, curiosamente com especial incidência nos alunos de Ciências e Tecnologias.

Nas horas anuais de Educação Sexual nem sempre se respeita a legislação vigente. De acordo com a Lei 60/2009, Artigo 5º, “A carga horária dedicada à educação sexual deve ser adaptada a cada nível de ensino e a cada turma, não devendo ser (...) inferior a doze horas para o 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário”. Ora, no curso de Ciências e Tecnologias, onde se registaram melhores resultados, menos de um terço dos alunos disseram ter tido esta carga horária no ano transato, sendo que nenhum dos restantes ultrapassou as 9 horas. No curso de Ciências Socioeconómicas, metade dos alunos disseram ter tido 6 a 9 horas de Educação Sexual no ano transato, sendo que a outra metade teve menos de 6 horas.

Nos cursos de Ciências Sociais e Humanas e Curso Profissional, nenhum aluno afirmou ter tido mais de 3 horas de aulas dedicadas a esta temática.

De uma forma geral, e relativamente aos ensinamentos dados pela família dos alunos, conclui-se que não aparentam ter grande relevância, sendo isto mais explícito nos rapazes do que nas raparigas. Quanto àqueles que são dados pelos docentes, é necessário estabelecer uma distinção entre os alunos de Ciências e Tecnologias e os restantes: nos primeiros, o papel do professor reveste-se de alguma importância, ao passo que nos outros se verifica uma situação análoga à da família. Também os alunos do curso supracitado revelam uma maior abertura para o diálogo com os docentes relativamente à Sexualidade, ao passo que os restantes se sentem mais inibidos. Por outro lado, o diálogo com a família é visto com mais naturalidade pelas raparigas, independentemente da área de estudos, verificando-se também uma maior frequência na abordagem ao tema em contexto familiar no caso destas. Em contexto escolar, volta a verificar-se que é feito um trabalho mais enriquecedor junto dos estudantes de Ciências e Tecnologias, provavelmente devido aos conteúdos programáticos de disciplinas como Biologia.

Os alunos consideraram, na generalidade, que as aulas de Educação Sexual permitem, acima de tudo, tirar dúvidas, obter mais informação e prevenir infeções sexualmente transmissíveis, em detrimento de evitar gravidezes indesejadas e de aprender a relacionar-se com outras pessoas.

Quando questionados acerca do contexto em que apreenderam os ensinamentos mais importantes, denota-se que apenas no curso de Ciências e Tecnologias uma proporção considerável dos alunos indica a escola, sendo que os restantes indicam a família e os seus pares. Também aqui se pode salientar outro aspeto: as raparigas indicam com mais frequência a família e o namorado, ao passo que os rapazes consideram os amigos a fonte dos seus conhecimentos.

Quanto às aulas relativas a este tema, cujos conteúdos estão também regimentados pela Portaria nº 196-A/2010, foi dado, no curso de Ciências e Tecnologias, um maior relevo aos métodos contraceptivos e às doenças sexualmente transmissíveis, ao passo que nos restantes cursos também se deu prioridade à idade de início das relações sexuais e às consequências da maternidade. De salientar também que as aulas foram menos dinâmicas para os alunos de Ciências e Tecnologias e do Curso Profissional do que para aqueles que frequentam as áreas de Economia e de Humanidades.

Com o intuito de analisar os resultados obtidos após a realização das entrevistas a sete professores, relativamente à questão - *Deve ser dada mais importância à Educação Sexual?* - a maioria (5) dos professores responderam que sim, enquanto os restantes consideraram como adequada. Uma docente da disciplina de Biologia referiu a especificidade de cada turma como um aspeto a ter em conta na decisão do tempo a ser aplicado na leccionação da Educação Sexual. Assim, afirmou que as 12 horas definidas por lei constituem uma média adequada, mas consoante as características dos alunos, dever-se-ia estender ou manter a carga horária definida por lei. Por outro lado, deu-nos uma visão histórica da forma como esta área foi crescendo a nível escolar. Declarou que a Educação Sexual tem vindo a crescer exponencialmente desde a década de 80, com o desenvolvimento da legislação e da própria mentalidade da sociedade portuguesa, apesar de ainda haver pais que se posicionam contra o desenvolvimento deste ensino, visto que o consideram um tema tabu. Atualmente são obrigatórias 12 horas de

instrução do tema, no secundário, o que obriga a um compromisso por parte dos professores que antes não existia.

Quanto ao “*pensam que os conteúdos abordados são os corretos? Se não, quais os que deveriam ser abordados?*” - todos os professores responderam afirmativamente, considerando os conteúdos abordados os mais corretos. No entanto, a professora de Biologia voltou a alertar para a necessidade de se ter em atenção a especificidade de cada turma. Referiu também que os conteúdos, apesar de ser definida uma matriz pelo Ministério da Educação para os diferentes ciclos de ensino, dependem muito dos programas das diferentes disciplinas de cada ano escolar e da forma como são abordados. Mostrou preocupação perante a excessiva extensão dos programas curriculares e a falta de aspetos desses programas comuns aos conteúdos da Educação Sexual, dificultando o cumprimento das 12 horas e a interligação com disciplinas, obrigando a um esforço de grande criatividade por parte do docente. Por outro lado, uma docente de História referiu a necessidade de ser dada mais importância à questão das doenças sexualmente transmissíveis, justificando a sua posição através de um exemplo: o facto de, apesar de se a Sida ser um tema bastante discutido, em Portugal, esta continua a alastrar.

Quando questionados sobre a eficácia da educação sexual na prevenção de IST e na gravidez na adolescência, todos os professores consideraram a educação como eficaz, à exceção de uma docente de matemática que se absteve de responder, alegando falta de dados para justificar uma determinada posição. Acrescenta-se ainda o facto de a docente de História ter voltado a referir o crescimento da SIDA no território nacional.

Perante a questão 4, metade dos professores afirmaram já ter sido coordenadores de projetos de Educação Sexual, ao contrário dos restantes que nunca tiveram a cargo essa missão de coordenação, apesar de terem participado em diferentes projetos.

Sobre a aplicação efetiva dos projetos de Educação Sexual no âmbito escolar, a maioria dos professores considera que foi bem-sucedida a aplicação e colocação em prática dos mesmos. Somente um docente de Matemática afirmou não ter informação suficiente para avaliar a efetividade dos projetos.

Relativamente ao cumprimento das horas legisladas para o leccionamento da disciplina em estudo, a docente de Geografia nem sempre contribuiu para as 12 horas previstas, devido à falta de ligação do tema com os conteúdos da sua disciplina. Todos os outros professores afirmaram respeitar as horas previstas.

Quando inquiridos sobre o interesse dos alunos nestas aulas, as respostas dos docentes dispersaram-se. Enquanto quatro professores responderam afirmativamente, um negou o interesse dos alunos e outros dois abstiveram-se. Isto mostra que a visão dos professores relativamente ao interesse dos alunos não é unânime, podendo evidenciar uma falta de consideração de alguns alunos por um tema que deveria ser visto de forma séria e responsável pelos mesmos.

Todos os professores consideraram necessária a introdução de novos métodos para facilitar a abordagem da Educação Sexual junto dos alunos. O professor de Físico-química considera que estas aulas não devem ser dadas pelos professores. Devem ser profissionais especializados no assunto a assumir o leccionamento desta área, não só para permitir uma informação mais fidedigna como também gerar um sentimento de maior responsabilidade nos alunos. A docente de Geografia segue a mesma linha de raciocínio, tendo apontado os técnicos de enfermagem ou sexólogos como os elementos mais adequados para tais aulas. O mesmo pensamento é

partilhado por ambos os professores de Matemática inquiridos e pela docente de Biologia. Esta última referiu que um elemento exterior facilitaria a transmissão da informação. Acrescentou ainda a necessidade de diversificar estratégias e de abordar a sexualidade em toda a sua abrangência, ou seja, não só a parte reprodutiva, mas também a nível dos prazeres, sentimentos, direitos e deveres dos parceiros, tudo o que envolve uma relação. A professora de História também referiu esta necessidade de se analisar o tema com uma maior abrangência, tendo enfatizado o estatuto da mulher como aspeto essencial a ser discutido. Finalmente, o docente de Educação Física referiu a necessidade de haver mais ações de formação para os professores. Pelo exposto, pode concluir-se que o desejo de que as aulas sejam dadas por um elemento exterior está patente na maioria dos docentes que se sentem pouco confortáveis para abordar este tema.

Quando questionados sobre os principais constrangimentos que os docentes costumam sentir nos alunos, somente dois professores mencionaram não sentir qualquer tipo de constrangimento nos alunos. Destes dois professores, uma docente de Matemática afirmou que esse tipo de embaraço somente se provocava nela própria. Os restantes cinco professores referiram a falta de respeito e os “risinhos” dos alunos como sendo comuns. A falta de maturidade destes e a ainda visão do tema como sendo “tabu” justificam estas atitudes. A professora de Biologia acrescentou ainda que a maior maturidade das raparigas se torna evidente nestas aulas dado que os maiores constrangimentos se geram nos rapazes.

Finalmente, constatámos que todos os docentes alvos de inquirição encontraram contributos para a Educação Sexual nas suas disciplinas, com exceção do docente de Físico-química. De uma forma sintética, pode afirmar-se que a maioria dos professores considera que as horas definidas e os conteúdos são adequados, veem a Educação Sexual como um tema transversal essencial e que é efetiva na prevenção de doenças e na gravidez na adolescência mas que merece algumas alterações. A nível das alterações, destaca-se uma grande percentagem de docentes que afirma a necessidade de um agente exterior para lecionar os conteúdos. Grande parte dos professores considera que os alunos não encaram as aulas com respeito e responsabilidade. Finalmente, quase todas as disciplinas podem contribuir de forma assertiva para o ensino desta área. Outro aspeto essencial a analisar é a forma como a idade de serviço influencia as respostas que obtivemos. Apesar de não se ter revelado um fator de diferenciação muito relevante, é ligeiramente evidente que os professores com um tempo de serviço menor consideram ter mais à vontade para falar sobre o assunto com os alunos do que os professores com mais tempo de serviço, provavelmente devido a uma mentalidade mais aberta dos primeiros.

## **CONCLUSÕES**

Com este trabalho podemos concluir que muito embora a Educação Sexual seja obrigatória, muitos são os jovens que afirmam ter chegado ao 7º ano sem nunca terem tido uma abordagem da temática em contexto de sala de aula, muito embora tenhamos consciência que muitos dos temas são abordados em disciplinas de ciências. Talvez por isso não fosse estranho à nossa amostra de conveniência conceitos tais como: espermatozóide, sistemas reprodutores feminino e masculino e preservativo.

No entanto, temas como as IST, formas de as prevenir, consultas de planeamento familiar, métodos contraceptivos e locais onde estes se encontram disponíveis de forma gratuita, são temas que merecem algum destaque, no sentido que muito dos nossos inquiridos desconhecem, ou se se supõe que conhecem, não têm a totalidade da informação. Era importante que a faixa etária dos 12, 14 anos fosse elucidada acerca destas temáticas.

Outro tema que nos parece relevante referir é que a maioria dos alunos desconhecem as ofertas que a escola dispõe, nomeadamente, o gabinete de apoio ao aluno, e se desconhecem o gabinete também não conhecem os serviços que este disponibiliza.

Preocupante também é o facto de se ter aferido que é com os amigos que, maioritariamente, eles falam sobre as suas dúvidas face às emoções e à sexualidade. Esta troca de informação entre colegas pode originar uma má informação sobre os assuntos e propiciar escolhas menos corretas.

Em suma, foram detetadas muitas dúvidas, incertezas e desconhecimento no que toca à sexualidade por parte dos inquiridos, também pesa o facto de os mesmos se sentirem inibidos em abordar estas temáticas, tanto ao nível do seio familiar como na própria escola.

Relativamente aos alunos que frequentam o 12º ano, verifica-se que a perceção que têm do número de aulas e temáticas abordadas nas diferentes disciplinas nem sempre corresponde à perceção das mesmas realidades pelos professores. Se cruzarmos os resultados das entrevistas aos professores com os resultados do questionário aos alunos do 12º ano, verificámos que não coincidem. Será necessário averiguar as razões desta discrepância em futuros trabalhos. Por outro lado, a diferença encontrada nos alunos dos diferentes cursos leva-nos a concluir ser necessário um trabalho mais exigente com os alunos que não têm as disciplinas de Ciências Naturais no seu currículo.

## Referências

- López, F., Fuertes, A. (1999) *Para Compreender a Sexualidade*, Lisboa: Associação para o Planeamento da Família.
- Greenwood, E., & Nunes, M.F.S. (1965). Métodos de investigação empírica em Sociologia. *Análise social*, 313-345.
- Retirado de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224164262K2IAE9wd1Ui39AM8.pdf>
- Quivy, R., Campenhoudt, L. (1998) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.
- Silva, A. S., Pinto, J. M. (1986) *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento.

## Legislação de referência

- Lei n.º 60/2009 de 6 de Agosto. Estabelece o regime de aplicação da *educação sexual* em meio escolar.
- Portaria n.º 196-A/2010 de 9 de Abril. Regulamentação da lei 60/2009